



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015**

Aos Acionistas, O grupo Ser Educacional S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). As comparações referem-se ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, sendo que os resultados do exercício de 2015 compreendem as aquisições da Universidade da Amazônia (UNAMA) consolidada em seu balanço patrimonial a partir de outubro de 2014 e da Universidade de Guarulhos (UNG), por sua vez consolidada a partir de fevereiro de 2015. **Mensagem da Administração:** O ano de 2015 foi um ano de desafios e de transformações relevantes para o grupo Ser Educacional, bem como para o setor de ensino superior brasileiro. O período foi marcado por mudanças significativas no ambiente regulatório, em especial em relação ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES), com os anúncios de novas medidas implementadas pelo Ministério da Educação ("MEC") que publicou portarias normativas que contingeriam pagamentos de mensalidades devidas a instituições de ensino durante o exercício de 2015 e reduziu o número total de novos contratos de financiamento, que por sua vez também passou a ser ofertado sob regras diferentes que foram produzidas ao longo do ano. Por outro lado, a Companhia teve êxito no processo de consolidação de duas importantes aquisições anunciadas em 2014: a aquisição da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Universidade de Guarulhos (UNG). Juntas essas Universidades permitiram ao grupo um crescimento de mais de 30 mil alunos em sua base de alunos de graduação, o que representou um aumento significativo da presença da Companhia no cenário Norte do Brasil e da Universidade de Guarulhos (UNG) no cenário Sudeste. A aquisição da Faculdade Taubaté de Milão (FAMILI) por R\$6,0 milhões. A FAMILI possui 2 unidades, uma em Fortaleza, que por sua vez foi transformada em uma unidade da Faculdade Joaquim Nabuco e outra em Panamirim, na região metropolitana de Natal (RN), que passou a operar sob a bandeira da Faculdade Maurício de Nassau. Nesse mesmo ano a Companhia também assinou um Contrato de Cessão Onerosa de Manutenção e Outras Avenças com o Instituto Metodista Bennett, prevendo a cessão da Manutenção do Centro Universitário Bennett à UNESPA pelo valor de R\$10,0 milhões a ser pago após a conclusão da transferência da manutenção, o que permitirá a entrada da Companhia na cidade do Rio de Janeiro já com uma licença de um Centro Universitário, que permite autonomia no lançamento de novos cursos, em caso de sucesso no processo de transferência da manutenção. Sob o ponto de vista do crescimento orgânico, também houve importantes desenvolvimentos. O grupo teve quatro novas unidades de ensino presencial aprovadas pelo MEC e terão suas operações iniciadas em 2016, nas cidades de Petrolina, Jaboatão dos Guararapes e Olinda, no Estado de Pernambuco e em Feira de Santana no Estado da Bahia. As novas unidades são um importante passo na estratégia da Companhia que visa aumentar a penetração do ensino superior nas regiões metropolitanas das capitais dos estados e nas cidades do interior, especialmente nas regiões nordeste e norte do Brasil. Foram também aprovados 195 novos cursos, com destaque para 8 novos cursos de Odontologia, 7 cursos na área de Engenharia e 9 em Farmácia, tornando o segmento de Saúde o grande destaque do ano. No âmbito do ensino a distância, a UNG obteve aprovação do MEC para iniciar suas atividades no segmento de EAD durante o quarto trimestre de 2015 e a partir de 2015 passou a ofertar 18 cursos em seus 6 polos de ensino a distância localizados nas cidades de Guarulhos, Atibaia, Bragança Paulista e Itaquecetuba. Com essa aprovação a Companhia passa a operar em 2016 com 15 polos EAD em comparação a 9 em 2015. Ainda no segmento EAD, em dezembro de 2015, a UNINASSAU obtuseu seu credenciamento de curso junto ao MEC, a última etapa necessária para que essa instituição do grupo pudesse iniciar seu plano de expansão de polos. Com a conclusão dessa etapa, a Companhia protocolou junto ao mesmo ministério um pedido para abertura de 400 novos polos, que terão como objetivo aumentar de forma significativa a capilaridade do grupo nas regiões nordeste e norte do Brasil. Trata-se de reforçar um dos pilares importantes da estratégia da Companhia que visa aumentar a penetração do ensino superior na população brasileira por meio da oferta de vagas em cidades localizadas no interior dos estados e em regiões metropolitanas, fazendo com que a proposta única de valor oferecida aos alunos, que combina qualidade de ensino, marcas fortes e reconhecidas pelo mercado de trabalho, infraestrutura de qualidade que proporciona um custo benefício que gera retorno ao investimento realizado pelo aluno, não fique restrita apenas às capitais, mas também diversas cidades do Brasil. O crescimento da base de alunos somente é sustentável se houver qualidade de ensino, alunos satisfeitos e bom nível acadêmico que permita aos alunos ingresso no mercado de trabalho e melhoria de renda. Para obter estes resultados, os objetivos acadêmicos do Grupo Ser são focados em empregabilidade e bom desempenho no IGC (Índice Geral de Cursos) e CPC (Conceito Preliminar de Curso). Já considerando a aquisição da UNG, 94% das instituições da Companhia apresentaram resultado satisfatório de IGC (igual ou superior a 3) na avaliação referente ao ano de 2014, dando indicação de bom nível de qualidade, com evolução positiva ano após ano. Em relação ao CPC, 80% dos novos cursos avaliados em 2014 tiveram nota superior a 3 e quando consideramos as aquisições recentes (UNG e UNAMA) temos um índice de 91%, um aumento significativo de índices positivos quando comparado aos 77% registrados em 2011, período em que o mesmo grupo de cursos foi comparado (engenharias e humanas). Quanto a empregabilidade, 65% dos alunos de graduação presencial que estudam nas unidades da Companhia trabalham ou fazem estágio, um indicador bastante positivo da atração de nossos estudantes no mercado de trabalho. Além disso, segundo pesquisa realizada com alunos formados pela UNINASSAU na cidade do Recife, 86% dos seus alunos formados declaram que estavam trabalhando, sendo que destes, 54% já estavam trabalhando quando ingressaram na faculdade. Em 2015 a Companhia foi reconhecida pelo Instituto Eivaldo Lodi (IEL), braço da CNI (Confederação Nacional da Indústria) que promove a competitividade das empresas brasileiras. O Centro Universitário Maurício de Nassau (UNI-

NASSAU), no Recife, ficou em 1º lugar entre as instituições de Pernambuco com as melhores práticas de estágio e a Faculdade Joaquim Nabuco ficou em 3º lugar. Na Bahia, a Faculdade Maurício de Nassau, de Salvador, recebeu o 1º lugar na categoria Instituições de Ensino de Destaque. No Ceará, e a Faculdade Maurício de Nassau, de Fortaleza, ficou em 2º lugar entre as concorrentes locais. As práticas de responsabilidade social fazem parte dos valores e do cotidiano do Grupo Ser Educacional. A Companhia investe diretamente e estimula seus alunos, professores e colaboradores realizarem atividades que beneficiem a sociedade e as comunidades onde as unidades da Companhia estão inseridas. Essas iniciativas são subdivididas em quatro pilares primordiais: cultura, esportes, comunidades e ações sócio ambientais. Essas atividades colaboram com sentimento de pertencimento dos alunos junto às suas comunidades regionais e com a instituição que promove essas atividades, gerando uma ligação entre alunos, comunidade, governo e a instituição extremamente benéfica para todos os envolvidos. A Companhia promove essas atividades por meio de suas instituições e coordenadas pelo Instituto Ser Educacional que acumula mais de 10 mil atendimentos sociais nas quatro áreas mencionadas anteriormente. Como reconhecimento desses esforços, pela sétima vez consecutiva, a UNINASSAU está em primeiro lugar entre as instituições particulares mais lembradas pelos pernambucanos. O Prêmio Recal de Marcas é resultado de uma pesquisa realizada pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Harrop de Pesquisa. O Grupo também recebeu da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES), certificações que atestam o empenho da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento da sociedade, devido aos trabalhos gerados para auxiliar no desenvolvimento da sociedade pela UNINASSAU e Faculdade Joaquim Nabuco. Nesse sentido, apesar de todas as mudanças no ambiente regulatório e incertezas econômicas que impactaram os resultados de 2015, conforme será analisado na seção de desempenho, o grupo conseguiu manter seu plano de expansão e realizou uma série de projetos relevantes de ganho de eficiência operacional durante o ano de 2015, cujos principais foram: a revisão de sua régua de captação e negociação, otimização de sua matriz curricular, redução de custos operacionais e estrutura organizacional, dentre outros. Essas atividades possibilitaram ao grupo Ser Educacional se tornar mais competitivo operacionalmente para enfrentar esse cenário mais desafiador que se apresenta para os próximos anos. A Administração da Companhia está confiante no sucesso de sua estratégia de longo prazo, mesmo ciente da redução nas margens operacionais ocorridas no curto prazo decorrentes das mudanças abruptas na regulamentação e no cenário econômico brasileiro. **Desempenho Operacional e Financeiro:** O Grupo Ser encerrou o ano de 2015 com uma base total de 140,7 mil alunos, crescimento de 9,5% em comparação aos 128,5 mil alunos ao final de 2014, sendo que 124,0 mil correspondiam a cursos de graduação presencial, um incremento de 22,5% em relação a dezembro de 2014. Estavam matriculados 56,1 mil alunos FIES, que representam 39,9% do total de alunos, ou 45,2% dos alunos de graduação presencial. O aumento da base de alunos, deve-se principalmente por conta da aquisição da UNG e da UNAMA que juntas adicionaram 30,5 mil alunos. Excluído as aquisições, a base de alunos da Companhia cresceu 6,9%. No segmento de ensino a distância (EAD) a Companhia encerrou o ano com 3,3 mil alunos, um aumento de 62,1% em comparação aos 2,4 mil alunos registrados ao final de 2014. No segmento de pós-graduação, o grupo encerrou o ano com 10,4 mil alunos um acréscimo de 25,2% comparado aos 7,7 mil alunos em 2014. A base de alunos do Pronatec encerrou o ano com 3,0 mil alunos e teve queda de 82,2% em comparação aos 16,9 mil alunos frequentando os cursos técnicos ao final de 2014. Essa redução ocorreu uma vez que o Governo Federal realizou uma redução significativa em sua oferta de vagas do Pronatec durante o ano de 2015. **Receita Bruta:** O Grupo Ser encerrou 2015 com receita bruta de R\$1.289,3 milhões, um crescimento de 54,8% em relação a 2014, devido principalmente devido ao efeito combinado de crescimento orgânico e da consolidação de unidades inferiores às praticadas pela Companhia. **Despesas Operacionais:** Em 2015, as despesas operacionais totalizaram R\$533,7 milhões, o que corresponde a 30,7% da receita líquida, um aumento de 2,3 p.p. sobre o ano anterior. O aumento das despesas ocorreu principalmente por conta da consolidação das operações da UNG e da UNAMA e do maior provimento para devedores duvidosos por conta da evasão extraordinária de 8,3 mil alunos durante o ano de 2015 que ingressaram nas instituições da Companhia sob a condição de serem financiados pelo FIES e que não tiveram essa possibilidade face à mudança nas regras de acesso da quantidade total de novos contratos no decorrer do ano, e da consolidação da UNG e da UNAMA, que por sua vez geram uma redução natural das margens operacionais, dado que essas instituições já operavam com margens significativamente inferiores às praticadas pela Companhia. **Despesas Operacionais:** Em 2015, as despesas operacionais totalizaram R\$533,7 milhões, o que corresponde a 30,7% da receita líquida, um aumento de 2,3 p.p. sobre o ano anterior. O aumento das despesas ocorreu principalmente por conta da consolidação das operações da UNG e da UNAMA e do maior provimento para devedores duvidosos por conta da evasão extraordinária de 8,3 mil alunos durante o ano de 2015 que ingressaram nas instituições da Companhia sob a condição de serem financiados pelo FIES e que não tiveram essa possibilidade face à mudança nas regras de acesso da quantidade total de novos contratos no decorrer do ano. **EBITDA:** A Companhia alcançou um EBITDA ajustado (incluindo QV) de R\$ 285,6 milhões e margem de 28,0%, uma redução de 7,1 p.p. quando comparada ao mesmo período do ano anterior, também em virtude da evasão extraordinária de alunos que reduziu a eficiência operacional da Companhia, bem como consolidação da UNG e da UNAMA que por sua vez operavam com margens inferiores às praticadas pela Ser Educacional. **Endividamento:** A Ser Educacional finalizou 2015 com um endividamento líquido de R\$ 280,0 milhões, compara-

do a um endividamento líquido de R\$ 37,0 milhões. Esse maior endividamento deve-se, principalmente, ao aumento dos compromissos relacionados à aquisição da UNG, que elevaram os compromissos a pagar em R\$136,9 milhões, e à emissão de duas dívidas de longo prazo com as seguintes características: (i) Financiamento com o IFC pelo prazo de 7 anos no valor de R\$120,0 milhões com remuneração de taxa de CDI mais spread de 2,05% ao ano e vencimento final em 15 de abril de 2022. Os pagamentos serão semestrais, sendo que a primeira parcela para amortização em 15 de abril de 2017 e a última parcela em abril de 2022 e (ii) Emissão de Debêntures simples, não convertíveis em ações no total de R\$150 milhões com taxa de CDI mais spread de 2,5% ao ano e prazo de cinco anos e pagamentos mensais a partir de fevereiro de 2017 até o vencimento final em julho de 2020. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido de 2015 representou uma despesa financeira líquida de R\$46,5 milhões, um aumento de R\$46,4 milhões comparado à receita financeira líquida de R\$0,8 milhões registrada em 2014. Essa piora no resultado financeiro decorre do aumento das despesas financeiras que por sua vez aumentaram principalmente em virtude da utilização dos recursos levantados durante o processo de abertura de capital realizada em 2013 para aquisições, expansão de unidades existentes e dessa forma aumentando o endividamento líquido da Companhia de R\$37,0 milhões em 2014 para R\$280,0 milhões em 2015. **Imposto de renda e contribuição social:** O montante de Imposto de Renda e Contribuição Social totalizou R\$11,8 milhões, uma redução de 27,5%, quando comparado a R\$16,3 milhões em 2014, em virtude da redução do lucro tributável, decorrente das menores margens operacionais e redução do resultado financeiro líquido. **Lucro líquido:** Em decorrência dos fatores acima expostos, o lucro líquido foi de R\$ 161,1 milhões, uma redução de 24,7% em relação a 2014. **Investimentos:** O volume de investimentos realizados no ano foi de R\$319,8 milhões, um aumento de 16,4% comparado a 2014. Estes recursos incluíram reforma e construção de unidades para sustentar o crescimento dos próximos anos, investimentos em bibliotecas e computadores, além dos pagamentos das instituições adquiridas. **Governança corporativa:** Em 2015 foram adotadas medidas relevantes visando aprimorar as práticas de governança corporativa da Companhia com destaque para a instalação de um Conselho Fiscal e a reformulação do comitê de auditoria e finanças que passou a ser denominada comitê de finanças. Em 5 de janeiro de 2015 foi anunciada a entrada da ação da Ser SEER3, no Índice IboV-100. O IboV - Índice Brasil é um índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro. A ação contém fazendo parte do IGC, por ser listada no Novo Mercado, nível mais alto de Governança da Bolsa. O IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 do B3/BOVESPA. **Auditoria independente.** Em conformidade com a instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi contratada para a prestação dos seguintes serviços para o Grupo Ser Educacional:

Serviços	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	R\$ 1.043.576	Abr/15-mar/16	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2015

Adicionalmente, a Companhia contratou serviços da Strategy8 (empresa do grupo PwC), para trabalhos de apoio na avaliação estratégica do Grupo, serviço este permitido pelas normas de independências vigentes, em montante equivalente aos honorários relativos aos serviços de auditoria. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Ser Educacional declara, no termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PwC, emitido em 17 de março de 2016; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente a Câmara de Arbitragem a Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento. **Agradecimentos:** A Administração da Ser Educacional agradece aos seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços pela confiança e parceria durante o ano e espera contar com esta mesma dedicação durante o ano de 2016.

**A Administração**

**BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	9	62.539	39.021	69.999
Títulos e valores mobiliários	9	213.135	63.418	213.135
Contas a receber de clientes	10	65.919	83.837	192.251
Tributos a recuperar	11	3.534	1.474	7.308
Adiantamentos a fornecedores	11	6.833	2.063	5.599
Partes relacionadas	26.a	16.323	7.478	3.289
Outros ativos		4.689	5.098	9.168
		366.972	202.389	497.460
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes	10	74.385	3.246	189.102
Outros ativos		999	1.538	5.406
Ativos de indenização	27.d	3.249	3.249	112.015
Investimentos	6	533.140	400.625	-
Intangível	12	23.649	13.250	432.106
Imobilizado	13	368.124	353.013	499.578
		996.515	774.921	1.351.122
		1.363.515	977.310	1.848.588

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
	2015	2014	2014
Receita líquida dos serviços prestados	21	360.189	376.815
Custo dos serviços prestados	22	(152.561)	(135.727)
<b>Lucro bruto</b>		207.628	241.088
Despesas gerais e administrativas	23	(163.330)	(127.296)
Outras despesas operacionais, líquidas		(3.698)	(5.382)
Participação nos lucros de controladas	6.a	145.660	116.957
<b>Lucro operacional</b>		186.260	225.367
Receita financeira	24	34.032	35.308
Despesas financeiras	24	(56.724)	(35.483)
<b>Resultado financeiro</b>		(22.692)	(1.175)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		163.568	225.192
Imposto de renda e contribuição social	25	(8.851)	(35.039)
Incentivo fiscal - Pronuni	25	6.348	23.711
<b>Lucro líquido do exercício</b>		161.065	213.864

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	Em milhares de reais			
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		163.568	225.192	172.543
Ajustes de				
Depreciação e amortização	12 e 13	28.344	18.581	56.100
Provisão (reversão) para contingências		(5)	480	986
Participação em dividendos das investidas	6.a	(145.660)	(116.957)	-
Ajuste a valor presente do contas a receber		4.725	-	12.187
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.e	15.098	10.966	47.659
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	24	46.887	33.484	72.222
		112.957	171.746	361.697
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes		(70.289)	(47.487)	(228.453)
Tributos a recuperar		(2.060)	(513)	(4.015)
Adiantamentos a fornecedores		1.230	(1.271)	3.481
Outros ativos		948	(2.355)	657
Fornecedores		(965)	1.532	519
Salários e encargos sociais		(1.171)	10.233	1.453
Tributos a recolher		(817)	(2.125)	2.568
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.051	(704)	5.377
Outros passivos		9.006	1.782	5.159
<b>Caixa gerado nas operações</b>		49.890	130.833	148.461
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		(45.146)	(28.209)	(62.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.485)	(11.328)	(9.035)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		1.259	91.301	77.060
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Títulos e valores mobiliários		(149.717)	20.893	(149.717)
Capitalização e aquisições de investimentos	6 e 7	(91.694)	(161.136)	(18.840)
Recebimentos de dividendos das investidas		93.277	(108.029)	(72.042)
Adições ao imobilizado	13	(26.011)	(102.099)	(122.042)
Adições ao intangível	12.a	(14.625)	(8.015)	(26.971)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	7	-	(52.269)	(134.294)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		(188.863)	(203.570)	(319.839)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	16	147.649	-	147.649
Captação de empréstimos e financiamentos	16	137.213	-	137.213
Amortização de empréstimos e financiamentos	16	(19.492)	(8.784)	(22.653)
Amortização de arrendamentos mercantis	19	(3.010)	(7.360)	(4.033)
Partes relacionadas	26.a	(32.592)	(18.463)	-
Aquisição de ações em tesouraria		(6.454)	-	(6.454)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da companhia		(12.192)	(29.234)	(12.192)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		211.122	(63.841)	239.530
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		23.518	(176.110)	(3.249)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		39.021	215.131	73.248
No início do exercício		62.539	39.021	69.999
No final do exercício		106.057	215.131	73.248
<b>Principais transações sem efeito de caixa</b>				
Captação de leasing financeiro		2.023	4.142	6.373
Novas operações de arrendamentos mercantis financeiros		-	-	36.911
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

**BALANÇO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais**

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	14	9.634	10.599	18.219
Compromissos a pagar	15	6.019	14.876	70.736
Empréstimos e financiamentos	16	40.977	28.445	44.450
Debêntures	17	5.034	-	5.034
Salários e encargos sociais	18	28.130	29.301	66.406
Tributos a recolher	11	3.010	3.955	16.209
Imposto de renda e contribuição social a recolher		735	666	11.609
Obrigações de arrendamento mercantil	19	3.369	3.011	4.691
Partes relacionadas	26.a	2.320	26.067	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	20.g	20.070	8.232	20.070
Outros passivos		4.045	1.595	13.342
		123.343	126.747	270.766
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	16	182.475	71.699	185.591
Debêntures	17	147.649	-	147.649
Obrigações de arrendamento mercantil	19	144.143	147.511	249.534
Compromissos a pagar	15	244	2.952	109.675
Tributos a recolher		128	-	331
Provisão para contingências	27	1.744	1.749	121.253
Outros passivos		6.556	-	6.556
		482.939	223.911	820.589
<b>Patrimônio líquido</b>				
Atribuído aos acionistas da controladora	20	377.048	377.048	377.048
Capital social		377.048	377.048	377.048
Reserva de				

continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condições com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2015	2014
Total de empréstimos e financiamentos bancários	230.041	107.937
Total de debêntures	152.683	-
Total de compromissos a pagar	180.411	65.772
Caixa e equivalentes de caixa	(69.999)	(73.248)
Títulos e valores mobiliários	(213.135)	(63.418)
Dívida líquida	280.001	37.043
Total do patrimônio líquido	757.233	626.652
Patrimônio líquido mais dívida líquida (capital total)	1.037.234	663.695

Índice de alavancagem financeira em 2015 deve-se ao aumento da dívida bruta em função da captação de novos empréstimos (Nota 16) associada ao atraso no cronograma de recebimento dos créditos educacionais do FIES (Nota 10). **4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM:** A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes, utilizando a última taxa básica de juros determinada pelo BACEN de 14,25% como cenário provável para o ano (Cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJLP com cada cenário.

Cenário Elevação do CDI e TJLP					
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	
<b>Ativo</b>					
Aplicações Financeiras	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
62.054		8.843	11.053	13.264	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
213.135		30.372	37.965	45.558	
<b>Passivo</b>					
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
76.305		10.873	13.592	16.310	
Finame	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	
19.431		1.457	1.822	2.186	
IFC	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
122.823		17.502	21.878	26.253	
Debêntures	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
152.683		21.757	27.197	32.636	
Compromissos a pagar	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
31.669		4.513	5.641	6.769	
Compromissos a pagar	IGP-M	10,95%	13,69%	16,43%	
146.731		16.067	20.084	24.101	
		32.956	41.195	49.434	

Cenário Queda do CDI e TJLP					
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	
<b>Ativo</b>					
Aplicações Financeiras	CDI	14,25%	10,69%	7,13%	
62.054		8.843	6.632	4.421	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	14,25%	10,69%	7,13%	
213.135		30.372	22.779	15.186	
<b>Passivo</b>					
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	14,25%	10,69%	7,13%	
76.305		10.873	8.165	5.437	
Finame	TJLP	7,50%	5,63%	3,75%	
19.431		1.457	1.093	729	
IFC	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
122.823		17.502	21.878	26.253	
Debêntures	CDI	14,25%	17,81%	21,38%	
152.683		21.757	27.197	32.636	
Compromissos a pagar	CDI	14,25%	10,69%	7,13%	
31.669		4.513	3.385	2.256	
Compromissos a pagar	IGP-M	10,95%	13,69%	16,43%	
146.731		16.067	20.084	24.101	
		32.956	41.195	49.434	

**Seção C – Informações por segmento: 5. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior presencial, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **Seção D – Estrutura do Grupo: 6. Investimentos:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %				Indiretas %			
	2015		2014		2015		2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00				
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA (b)	-	-	100,00	100,00				
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda (e)	99,99	99,99	100,00	100,00				
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
CETEB - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (a) (c)	-	-	100,00	100,00				
Sociedade Universitária Miletto Ltda. (a) (g)	-	-	100,00	100,00				
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	99,99	100,00	100,00				
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	99,99	100,00	100,00				
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	99,99	100,00	100,00				
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda. (d)	99,99	99,99	100,00	100,00				
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99	100,00	100,00				
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda (e)	99,99	99,99	100,00	100,00				
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda (f)	99,99	99,99	100,00	100,00				

(a) Empresa adquirida em 2015. (b) A União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e Instituto Santareno de Educação Superior – ISES são controladas indiretas da Companhia através do Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda. (c) A Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. é controlada indireta da Companhia através do CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. (d) Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social do Winglet Escola de Aviação foi modificada para Nassau Escola de Aviação Civil Ltda. (e) Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social do Associação de Ensino Superior Anglo Líder - AESAL foi modificada para Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. (f) Durante o primeiro trimestre de 2015 a razão social do Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda. foi modificada para Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. (g) A Sociedade Universitária Miletto Ltda. é controlada indireta da Companhia através do CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. O processo de consolidação das contas patrimoniais é o resultado correspondente à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados da data em que o controle foi adquirido pela Companhia em diante.

(b) Participação (Controladora):

	31/12/15					
	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Goodwill (Nota 10(c))	
					Investimento	Total
Controladas Diretas	99,99	100,00	6.103	(675)	6.103	10.243
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	222	76	222	222
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	85.619	21.355	85.619	85.619
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	2.142	1.683	2.142	2.142
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	23.869	9.350	23.869	4.362
Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	186.025	68.183	186.025	28.231
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	1.421	2.112	1.421	1.421
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	30.225	17.562	30.225	5.125
Uninassau Participações S.A.	99,99	100,00	45.769	(737)	45.769	8.405
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	100,00	646	1.201	646	646
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	25.895	(2.812)	26.562	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	22.030	10.886	23.291	95
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP Teresina	99,99	100,00	8.626	6.257	12.208	8.662
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	8.492	6.799	8.492	8.492
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Fap Parnaíba	99,99	100,00	12.301	10.510	16.830	5.360
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	-	-	-	-
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00	-	-	-	120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	3.377	(2.371)	5.857	573
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	1.358	(1.377)	1.358	2.322
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	99,99	100,00	3.370	(1.623)	6.390	3.521

Combinação de negócios

Faculdade Decisão - FADE - (20) 2.280 1.028 3.308

Faculdades COC de Maceió - FACOCMA - (700) 2.300 - 2.300

Total Controladas Diretas - 467.491 145.660 487.610 45.530 533.140

Controladas Indiretas

União de Ensino Superior do Pará – UNESPA - 100,00 (896) 38.931 57.504 92.135 149.639

Instituto Santareno de Educação Superior – FIT - 100,00 (1.144) (512) 7.156 5.320 12.476

Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG - 100,00 (648) 7.580 112.952 42.622 155.574

Sociedade Universitária Miletto Ltda. - FAMIL - 100,00 (2) 346 (2) 5.840 5.838

Total Controladas Indiretas - (7.690) 46.346 177.610 145.917 323.527

Controladas Diretas

CETEB - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. 99,99 100,00 4.631 779 4.631 4.140 8.771

FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda. 99,99 100,00 138 73 138 - 138

CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. 99,99 100,00 23.840 27.411 23.840 - 23.840

Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda. 99,99 100,00 1.258 1.312 1.258 - 1.258

Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda. 99,99 100,00 26.185 10.769 26.185 4.362 30.547

Instituto Campiense de Ensino Superior Ltda. 99,99 100,00 166.497 29.712 166.497 - 166.497

Centro de Educação Profissional BJ Ltda. 99,99 100,00 1.127 947 1.127 - 1.127

ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. 99,99 100,00 24.270 21.625 24.270 5.125 29.395

ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. 99,99 100,00 34.542 8.458 34.542 8.405 42.947

Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda. 99,99 100,00 1.003 1.842 1.003 - 1.003

Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS 99,99 100,00 8.867 (3.326) 8.867 1.043 9.910

Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda. 99,99 100,00 15.889 8.606 15.889 959 16.848

Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP Teresina 99,99 100,00 6.940 1.892 6.940 8.439 15.379

Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança 0,01 100,00 4.423 - 4.423 - 4.423

Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Fap Parnaíba 99,99 100,00 15.559 8.448 15.559 5.583 21.142

Uninassau Participações S.A. 99,99 99,99 - - - - -

Nassau Escola de Aviação Civil Ltda. 99,99 100,00 - - - - 120

Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. 99,99 100,00 2.782 (5.232) 3.621 1.121 4.742

Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL 99,99 100,00 3.380 (347) 3.380 2.232 5.612

Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE 99,99 100,00 7.854 (722) 7.854 2.269 10.346

Combinação de negócios

Faculdade Decisão - FADE - - - - 2.300 1.080 3.308

Faculdades COC de Maceió - FACOCMA - - - - 3.000 - 3.000

Total Controladas Diretas - 349.185 116.957 355.324 45.301 400.625

Controladas Indiretas

União de Ensino Superior do Pará – UNESPA - 100,00 27.292 (1.236) 85.792 82.252 168.044

Instituto Santareno de Educação Superior – FIT - 100,00 (1.126) (129) 7.174 6.088 13.262

Total Controladas Indiretas - - 26.166 (1.365) 92.966 88.340 181.306

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	Controladora	
	2015	2014
No início do exercício	400.625	188.946
Aumento de capital	80.770	137.052
Participação nos lucros de subsidiárias	145.660	116.957
Distribuição de lucros de subsidiárias	(93.274)	(52.717)
Combinação de negócios	(829)	10.387
Outros	188	-
No final do exercício		

**(b) Consolidado:**

	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro 2014												
Saldo inicial	539	4.470	2.817	701	225	68	-	40.801	21.228	70.849		
Aquisições	34	4.284	3.788	1.558	-	451	359	92.940	69.900	173.314		
Aquisições oriundas das combinações de negócios	-	136	-	-	-	-	-	-	-	136		
Amortização	-	(980)	(1.182)	(208)	(28)	(86)	-	-	-	(2.484)		
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815		
Em 31 de dezembro 2014												
Saldo inicial	573	16.825	8.417	2.961	1.025	623	359	133.741	91.128	255.652		
Amortização acumulada	-	(8.915)	(2.994)	(910)	(828)	(190)	-	-	-	(13.827)		
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815		
Em 31 de dezembro de 2015												
Saldo inicial	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815		
Aquisições	7	10.408	13.628	727	-	2.562	556	57.706	113.600	199.194		
Aquisições oriundas das combinações de negócios	-	751	-	-	-	-	-	-	-	751		
Amortização acumulada oriunda das combinações de negócios	-	(13)	-	-	-	-	-	-	-	(13)		
Amortização	-	(3.112)	(3.132)	(12)	-	(272)	-	-	-	(3.113)		
Saldo contábil, líquido	580	15.944	15.919	2.766	197	2.723	915	191.447	201.615	432.106		
Em 31 de dezembro de 2015												
Saldo inicial	580	27.984	22.045	3.688	1.025	3.185	915	191.447	204.728	455.597		
Amortização acumulada	-	(12.040)	(6.126)	(922)	(828)	(462)	-	-	-	(3.113)		
Saldo contábil, líquido	580	15.944	15.919	2.766	197	2.723	915	191.447	201.615	432.106		
Taxas anuais médias de amortização %	-	20	33	25	25	20	-	-	-	-		

**(d) Goodwill:** Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o goodwill apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	2015	2014
2015	4.140	4.140
2014	8.405	8.405
2013	4.362	4.362
2012	5.125	5.125
2011	1.043	1.043
2010	959	959
2009	8.662	8.439
2008	5.360	5.583
2007	120	120
2006	1.028	1.121
2005	573	2.32
2004	2.32	92.135
2003	92.135	82.252
2002	5.320	6.088
2001	42.622	4.622
2000	3.521	2.792
1999	5.840	-
1998	191.447	133.741

- CETEB - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.
- ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.
- Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.
- ADSA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.
- Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Seripe Ltda - SESP
- Faculdade de Nassau de Belém Ltda
- Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP
- Sociedade de Ensino Superior Piauiense
- Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.
- Faculdade Decisão - FADE
- Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.
- Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda
- União de Ensino Superior do Pará - UNESPA
- Instituto Santareno de Educação Superior - ISES
- Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.
- Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda
- Sociedade Universitária Miletto Ltda

O goodwill apurado nas aquisições em investimentos possui vida útil indefinida, sujeitando-se ao teste de recuperabilidade efetuado anualmente. Vide item (e) desta nota explicativa. **(e) Intangíveis identificados em aquisições:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	2015	2014
2015	667	667
2014	1.261	1.261
2013	4.404	4.404
2012	5.996	5.996
2011	2.200	2.200
2010	2.400	2.400
2009	3.000	3.000
2008	2.700	3.100
2007	45.500	12.100
2006	7.600	7.600
2005	90.600	17.400
2004	166.328	32.000

(i) As licenças de cursos adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. (ii) As marcas e carteira de clientes adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização. **(f) Perda (impairment) do goodwill e intangíveis com vida útil indefinida:** O goodwill e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram projetados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua. (a) Margem bruta orçada: Refere-se a receita líquida deduzida do custo com pessoal, custo com alugueis, custo com concessionárias, custo com serviços prestados e outros custos. (b) Taxa de crescimento nominal constante estimada, usada para projetar a perpetuidade. (c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (WACC) nominal incluindo efeitos da inflação. A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos

relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio, conforme segue:

	2015	2014
Margem bruta (a)	55,6%	47,1%
Taxa de crescimento (b)	8,4%	5,0%
Taxa de desconto (c)	17,1%	17,0%

O teste de recuperação dos ativos efetuado em 31 de dezembro de 2015 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas. **(g) Licenças de operação:** BENNETT: Conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2015, a Companhia celebrou nesta data Contrato de Cessão Onerosa de Manutenção e Outras Avenças por meio do qual sua subsidiária União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, acordou adquirir a Manutenção do Centro Universitário Benet ("Benet"), licenciado no Rio de Janeiro - RJ. O valor total da cessão onerosa é de R\$ 10.000. O fechamento da operação e a efetiva cessão da Manutenção do Centro Universitário à UNESPA está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes incluindo a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a aprovação da cessão da Manutenção pelo MEC, a Ser Educacional, por meio da UNESPA (i) pagou, no dia 13 de abril de 2015, R\$1.000 e, tendo sido concluídas as condições de cessão, (ii) pagará R\$ 9.000, no fechamento da operação. No que se refere a aquisição, por se tratar de contrato de cessão de Credenciamento e Licenças de Operação, a Companhia entende que se trata da aquisição de ativos e não uma combinação de negócios, desta forma, o investimento efetuado é tratado como ativo intangível atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativos Intangíveis.

**13. Imobilizado: (a) Composição do saldo - Controladora:**

	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Em 31 de dezembro 2014											
Saldo inicial	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Aquisições	6.574	37.886	-	7.578	25.721	3.597	5.684	-	87.040	31.395	118.435
Alienação	-	-	-	-	(5.638)	-	-	-	-	-	(5.638)
Reclassificação	-	24.392	-	-	-	-	-	-	24.392	(24.392)	-
Depreciação	(1.719)	(2.362)	(7.361)	(2.151)	(670)	(909)	(1.495)	-	(16.667)	-	(16.667)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Em 31 de dezembro 2014											
Saldo inicial	15.571	135.124	149.668	23.184	26.145	12.154	21.872	3.797	387.515	23.209	410.724
Depreciação acumulada	(4.215)	(14.198)	(22.679)	(5.983)	(370)	(2.668)	(7.598)	-	(57.711)	-	(57.711)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Em 31 de dezembro de 2015											
Saldo inicial	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Aquisições	3.829	9.061	-	4.238	22	1.779	3.305	-	22.234	9.992	32.226
Reclassificação	-	20.545	-	-	-	-	-	-	20.545	(20.545)	-
Depreciação	(3.851)	(5.067)	(7.360)	(2.192)	(1.710)	(1.594)	(2.344)	-	(24.118)	-	(24.118)
Saldo contábil, líquido	11.334	145.465	119.629	19.247	24.087	9.671	15.235	3.797	348.465	12.656	361.121
Em 31 de dezembro de 2015											
Saldo inicial	19.400	164.730	149.668	27.422	26.167	13.933	25.177	3.797	430.294	12.656	442.950
Depreciação acumulada	(8.066)	(19.265)	(30.039)	(8.175)	(2.080)	(4.262)	(9.942)	-	(81.829)	-	(81.829)
Saldo contábil, líquido	11.334	145.465	119.629	19.247	24.087	9.671	15.235	3.797	348.465	12.656	361.121
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	6,9	10	20	-	-	-	-

**(b) Composição do saldo - Consolidado:**

	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro 2014								
Saldo inicial	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837
Aquisições	9.000	47.491	62.824	16.037	25.898	6.440	12.563	-
Alienação	-	-	-	-	(5.638)	-	-	-
Aquisições oriundas das combinações de negócios	394	3.912	-	4.292	149	651	3.678	-
Reclassificação	-	46.516	-	-	-	-	-	46.516
Depreciação	(2.844)	(3.151)	(7.804)	(3.811)	(694)	(1.450)	(2.385)	-
Saldo contábil, líquido	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837
Em 31 de dezembro 2014								
Saldo inicial	35.276	194.688	221.331	63.625	27.250	27.658	52.385	3.837
Depreciação acumulada	(17.955)	(23.347)	(25.301)	(24.149)	(1.052)	(10.299)	(22.687)	-
Saldo contábil, líquido	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837
Em 31 de dezembro de 2015								
Saldo inicial	17.321	171.341	196.030	39.476	26.198	17.359	29.698	3.837
Aquisições	7.106	33.743	36.911	14.367	65	4.934	6.258	-
Aquisições oriundas das combinações de negócios	944	-	-	9.178	-	883	2.870	-
Reclassificação	-	23.022	-	-	-	-	-	23.022
Depreciação acumulada oriunda das combinações de negócios	(16)	-	-	(84)	-	(7)	(24)	-
Depreciação	(6.408)	(6.337)	(13.033)	(8.404)	(1.930)	(3.640)	(6.707)	-
Saldo contábil, líquido	18.947	221.769	219.908	54.533	24.333	19.529	32.095	3.837
Em 31 de dezembro de 2015								
Saldo inicial	43.326	251.453	258.242	87.170	27.315	33.475	61.513	3.837
Depreciação acumulada	(24.379)	(29.684)	(38.334)	(32.637)	(2.982)	(13.946)	(29.418)	-
Saldo contábil, líquido	18.947	221.769	219.908	54.533	24.333	19.529	32.095	3.837
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	7,5	10	20	-

(a) Outras informações: (c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis: A Companhia, e o Grupo, possuem contratos de alugueis que foram avaliados como arrendamento financeiro e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida do passivo.

Tipo	Prazo de amortização	2015	2014
Edifícios - Controladora	de 20 a 25 anos	149.668	(30.039)
Edifícios - Consolidado	de 20 a 25 anos	258.242	(38.334)

(c.ii) Garantia de bens: A Companhia possui contratos de empréstimos (leasing e finames) os quais alienam fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronave, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora possuía R\$ 31.941 alienados fiduciariamente em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 23.444), e o Consolidado possuía R\$ 44.348 alienados fiduciariamente (31 de dezembro de 2014 - R\$ 34.851). (d) Custo de empréstimos capitalizados: O Grupo possui em andamento a construção de novos projetos, relativos a novas unidades e reformas. Durante 2015 foram obtidos dois financiamentos para custear esses empreendimentos, cujo valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 4.102 (2014 - R\$ 0). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização representa a média ponderada dos referidos empréstimos.

**14. Fornecedores:**

	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	9.604	10.561	18.103	17.227
Prestadores de serviços nacionais	30	38	116	87

vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada. **30.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda por impairment. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **30.9. Custos de empréstimo capitalizados:** O custo histórico do imobilizado inclui Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **30.10. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, ou estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, "Unidades Geradoras de Caixa" (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **30.11. Fornecedores e compromissos a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **30.12. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida de um passivo de arrendamento a pagar. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em obrigações de arrendamentos mercantis. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo. **30.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **30.14. Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerados e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **30.15. Provisões:** As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **30.16. Tributação: (a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL". **(b) PIS e COFINS:** Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e o COFINS a 7,6%. As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS". **(c) Prouni:** As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais: • Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988; • COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e, • PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970. As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. **(d) ISS:** As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia. **30.17. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). **30.18. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **30.19. Reconhecimento da receita, custos e despesas:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. **(a) Receita de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços. A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa. A Companhia registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC, de acordo com a Portaria Normativa Nº 31 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. **(b) Receitas e despesas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **30.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **30.21. Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1ª de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. • IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1ª de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. • IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1ª de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando se haverá impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Jáno Janguê Bezerra Diniz - Diretor Presidente  
 João Alberício Porto de Aguiar - Diretor  
 Kristiano Benavi da Silva - Contador - CRC-PB 007867/O-3-S-PE

**26. Partes relacionadas:**

**(a) Mútuos entre controladas e partes relacionadas da Controladora:**

	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Mútuos entre controladas		
CETBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	297	579
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	819	1.008
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	-	438
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	6.177	-
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	501	1.085
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	-	236
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe - SESPS	1.724	452
Instituto Campinense de Ensino Superior	6.039	895
Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau	2	2
Instituto Santareno de Educação Superior - ISES	-	230
União de Ensino Superior do Pará - UNESPA	-	164
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	294	2.116
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	108	-
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	285	273
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	77	-
	16.323	7.478

**Passivo**

**Mútuos entre controladas**

Educred Administr. de Crédito Educacional e Cobrança Ltda.	-	889
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	-	3.159
CETBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	-	1.487
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	613	13.264
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	296	-
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	-	602
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - SIESPI	312	5.069
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	153	90
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	506	1.317
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	72	-
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	333	-
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	-	190
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	33	-
Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau	2	-
	2.320	26.067

**(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	2015	2014	2015	2014
Remuneração total do pessoal-chave da administração	4.201	3.953	4.201	3.953

**(c) Outras transações:**

	2015	2014	2015	2014
Aluguéis - Oktus Participações Ltda (i)	27.304	145.310	24.611	148.256
Construção de edificações (ii)	224	-	-	-
Ações sociais (iii)	727	-	276	-
Publicidade e propaganda (iv)	152	-	410	-
	28.407	145.310	25.297	148.256

	2015	2014	2015	2014
Aluguéis - Oktus Participações Ltda (i)	27.304	145.310	24.611	148.256
Construção de edificações (ii)	224	-	-	-
Ações sociais (iii)	727	-	330	-
Publicidade e propaganda (iv)	152	-	410	-
	28.407	145.310	25.351	148.256

(i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa Oktus Participações Ltda., doravante denominada JI Participações Ltda., pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz, pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados por igual período. (ii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia. (iii) A Companhia mantém o Instituto Ser Educacional, uma instituição sem fins lucrativos, com o intuito de realizar ações de responsabilidade social. Além disso, a Companhia efetua doações e cursos esporádicos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia. (iv) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia. **27. Provisão para contingência:** A Administração, consultada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

	2015	2014	2015	2014
Cível (a)	1.235	1.350	6.034	5.167
Trabalhista (b)	509	399	3.204	3.085
	1.744	1.749	9.238	8.252
Contingências indenizatórias (d)	-	-	112.015	112.015
	1.744	1.749	121.253	120.267

**(i) Cível:** A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 1.235 (2014 - R\$ 1.350). A administração mantém provisão no montante de R\$ 6.034 para o Grupo (2015 - R\$ 5.167). As principais ações classificadas como perda provável possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e inexistência de débitos perante as instituições da Companhia. Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.409 (2014 - R\$ 1.070), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 16.623 (2014 - R\$ 8.317), para as quais não há provisão constituída. Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar: (i) 0003254.33.2013.814.0301 - Trata-se de ação anulatória de distrato cumulado com lucros cessantes e dano moral. A ação em comento discute distrato que teria sido supostamente assinado por coação. A questão gira em torno de contrato de captação de alunos para graduação no Município de Capangema, mas que, durante a captação a UNAMA perdeu o credenciamento, e em virtude disso o autor alega que houve prejuízo, mesmo após ter assinado o distrato. O processo ainda aguarda julgamento. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor possível é de R\$ 1.859. (ii) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação cível visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irrisignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado em R\$ 300. **(b) Trabalhista:** A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 509 (2014 - R\$ 399). A administração mantém provisão no montante de R\$ 3.204 para o Grupo (2014 - R\$ 3.085). Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.973 (2014 - R\$ 2.222), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 15.331 (2014 - R\$ 4.057), para as quais não há provisão constituída. Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar: (i) 0000972-48.2013.5.06.0016 - Trata-se de Reclamação Trabalhista onde a Reclamante (pintor) pleiteia dano moral em razão de acidente de trabalho, que acarretou sequelas por suposta ocorrência de AVC. O reclamante usou EPI e o AVC foi posterior ao acidente de trabalho enquanto o reclamante goza de benefício previdenciário. O processo ainda aguarda julgamento. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor estimado é de R\$ 500. (ii) 0054100-16.2009.5.08.0009 - Trata-se de Reclamação Trabalhista onde o Reclamante (professora) pleiteia a diferença de carga horária pela redução indevida e Dano Moral por ato discriminatório praticado pelo Reitor. Há execução provisória onde já foi depositada a quantia exatada, devendo haver atualização, ressaltando-se que a Reclamante já levantou 60 salários mínimos. No TST o processo foi redistribuído a novo relator em 24/04/2014 (Ministra Delaíde Miranda Arantes). O processo ainda aguarda julgamento. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor estimado é de R\$ 461. (iii) 0001542-86.2013.5.08.0119 - Trata-se de Reclamação Trabalhista onde o Reclamante pleiteia diferença salarial por desvio de função, promoção horizontal por antiguidade (atualização salarial) hora extra, descontos indevidos de jun/2013. Houve prolação de sentença parcialmente procedente condenando a empresa ao pagamento do valor de R\$1.592,17 referente a diferenças salariais por inobservância das promoções previstas no quadro de carreira. Foi apresentado recurso pelo Reclamante, tendo sido provido em parte, deferindo diferenças salariais por acúmulo de funções. Reclamada interpôs Recurso de Revista, onde o processo encontra-se concluso para voto/deliberação do Gabinete do Ministro Fernando Eizo Ono. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor estimado em R\$ 172. (iv) 0000244-49.2014.5.08.0014 - Trata-se de Reclamação Trabalhista onde o Reclamante pleiteia diferença de carga horária pela redução indevida, reuniões regulares com docentes que não foram pagas, multa Convênio Coletiva. Houve prolação de sentença condenando a Reclamada a pagar a quantia solicitada, e o processo encontra-se aguardando julgamento de recurso de revista interposto pela Reclamada. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor estimado em R\$ 252. (v) 0000737-26.2014.5.08.0111 - Trata-se de Reclamação Trabalhista onde o Reclamante pleiteia dano moral por humilhações e diferença de salário por acúmulo de função. Houve prolação de sentença condenando a reclamada ao pagamento de verbas rescisórias, estando o processo pendente de julgamento do recurso ordinário pela Reclamada. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é provável e o valor estimado em R\$ 124. Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, cujas principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias. **(c) Tributário:** Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável. Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 9.183 (2014 - R\$ 0), para as quais não há provisão constituída. Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 126.274 (2014 - R\$ 122.530). Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar: (i) 0019270-28.2014.8.14.0301 - Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Belém referente a cobrança de IAS devido suposta perda da isenção tributária da UNESPA. A questão gira em torno da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à UNESPA pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo

aos 5 últimos anos, o que gerou a presente ação. Antes do ajuizamento da ação a UNESPA ajuizou ação anulatória, tombada sob o nº 0057879-84.2009.8.14.0301 para anular os autos de infração que ao fim autorizou o ajuizamento da Execução Fiscal ora em comento. No presente momento ainda não se iniciou o prazo para a defesa (embargos à execução) uma vez que estão aguardando a aceitação do bem ofertado a penhora pela UNESPA. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 103.000. (ii) 280/2014 - Trata-se de Procedimento Administrativo iniciado pelo Município de Santarém referente a cobrança de ISS referente a suposta perda da isenção tributária da ISES. A questão gira em torno da isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à ISES pelo poder público municipal através de Decreto Municipal, posteriormente retiraram a isenção, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos, o que gerou o presente processo. A questão foi impugnada na via administrativa. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 4.254. (iii) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a fatura fiscalizadora aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendariais de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 2.496. (iv) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autor, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, consequentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 305. (v) 0801234-75.2016.4.05.83005 - Trata-se de Mandado de Segurança tendo por objeto a não incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras, na forma determinada pelo Decreto nº 8.426/2015. Em 25.02.2016 foi concedida medida liminar para afastar a cobrança do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras, impedindo a União de exigir os referidos tributos. Considerando que se trata de matéria ainda não decidida pelos Tribunais Superiores (STF e STJ), não obstante entendamos que os argumentos lançados em prol da não incidência desses tributos não são relevantes, avaliamos como possível à perda da ação. **(d) Contingências indenizatórias oriundas de combinação de negócios:** Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R\$ 3.249 reconhecido referente a processos do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda., oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013. Dentre as principais ações provisionadas, podemos destacar um passivo contingente no valor de R\$ 108.766 reconhecido referente às exposições tributárias da União de Ensino Superior do Pará - UNESPA e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2014. Os acionistas vendedores concordaram contratualmente indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas. Para garantir esse montante foram fixados contratualmente retenção de parte dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. **28. Lucro básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	161.065	213.864
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	125.038	125.213
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,29	1,71

**29. Seguros:** As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	2015	2014
<b>Ramos</b>		
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Contêuidos)	R\$ 30.000	
Acidente, incêndio e queda - Casco aeronáutico	US\$ 13.620	
Acidente, incêndio e queda - R.E.T.A aeronáutico	R\$ 636	
Responsabilidade civil de funcionários e terceiros	R\$ 2.500	
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe	
Responsabilidade civil dos administradores	R\$ 20.000	

**Seção F - Políticas contábeis¹**

**30. Resumo das políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **30.1. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **30.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **30.3. Ativos financeiros: 30.3.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **30.3.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e estão apresentados na nota 8. **30.3.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de